



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR-0046.17.037591-2

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 12 dias do mês de abril de 2017, às 19h00min, no auditório da Rua da Cidadania da Cidade Industrial de Curitiba – CIC, localizado na Rua Manoel Valdomiro de Macedo, nº 2460, Curitiba, Paraná, tiveram início os trabalhos de Audiência Pública, nos autos de P. A. nº MPPR – 0046.17.037591-2, sob a presidência da Promotora de Justiça, Dra. Swami Mougnot Bonfim. **PARTICIPANTES:** Assinalou-se a presença da comunidade local e dos órgãos públicos, conforme lista em anexo. A Presidente declarou aberta a Audiência Pública agradecendo a presença da comunidade e dos representantes dos órgãos, ressaltando que o Ministério Público oferece um canal de participação para a comunidade, bem como a comunicação direta com os órgãos públicos e privados (direito à informação). A Presidente falou sobre as Audiências Públicas realizadas pela Promotoria de Justiça das Comunidades, visando a promoção da resolução extrajudicial de conflitos, a tentativa de conciliação nas demandas de caráter coletivo e comunicou, ainda, acerca dos atendimentos individuais realizados diariamente pela Promotoria. Abriu a palavra ao senhor Luís, da região do Caiua, que informou que representa os usuários no Conselho Distrital de Saúde. Reclamou sobre o “desrespeito às mulheres pela falta de médicos ginecologistas”, solicitando à nova gestão uma atuação mais efetiva nessa questão; Pede que o médico da família seja mantido, mas que não falte o médico especialista nas 17 unidades de saúde da região. O Administrador informou que avaliará a demanda com os responsáveis pela área da saúde, solicitando que casos pontuais sejam trazidos ao seu conhecimento. A senhora Cleusa, Conselheira de Saúde local, Unidade São Miguel, ratificando as palavras do Sr. Luiz, que os exames ginecológicos, solicitados pelos médicos, são feitos por enfermeiros, o que causa grande constrangimento às pacientes; A Presidente propôs o agendamento de reunião com equipe da saúde, administrador, conselheiro distrital, e mais dois representantes da comunidade, sendo que a Sra. Cleusa se apresentou para tanto. O



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR-0046.17.037591-2

Sr. Luiz Carlos de Matos, morador, relatou que o fluxo para aguardar atendimento com especialista médico é muito demorado (entre o atendimento do generalista e o atendimento com especialistas). O Sr. Fernando, presidente do Conselho U. S. Caiuá, afirmou que em Curitiba há muitas reclamações com relação ao atendimento, falta de médicos e falta de medicamentos; fez um breve comparativo do atendimento médico de Curitiba com cidades de Minas Gerais, dizendo que a existência das UPAS 24horas só tem em Curitiba. Reclamou da falta de segurança-guardas municipais nas Unidades de Saúde e nas escolas, exemplificando com o arrombamento que ocorreu na US Caiuá, pedindo o retorno da guarda. Se mostrou preocupado com o momento das consultas e a prescrição médica. Reclama sobre a logística de distribuição de remédios. O Sr. Luis, pedindo a palavra, reclama que os medicamentos chegam a algumas Unidades Centrais, mas não nas Unidades de bairros "chega apenas o que sobra". O Sr. Fernando afirma que não entende o fluxo, tempo de chegada do medicamento nas Unidades e pede auxílio para essa questão. Destacou que já levou essa informação ao Promotor de Justiça, Dr. Marcelo Maggio, que sugeriu aguardar o início da nova gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba. O Sr. Sérgio queixou-se dos furtos de equipamentos ocorridos nas Unidades de Saúde, bem como da necessidade de regularização das invasões da região e que "nenhuma" foi regularizada. Após questionado pela Presidente, não identificou nenhuma área de invasão especificamente. A Presidente orientou que ao apresentar esse tipo de demanda, é importante que seja identificada, bem como verificada se já existe alguma tramitação na Prefeitura, etc. O Sr. Sérgio reclamou que já fez várias reuniões ^{com} o Prefeito anterior e que "não conseguiram nada". Falou da área Bolsão Rose, sem apresentar maiores informações. A Presidente comunicou que poderá fazer um levantamento de informações junto aos órgãos responsáveis, sobre a área indicada, para melhores esclarecimentos aos moradores sobre eventual tramitação de pedido de regularização. O Administrador, pedindo a palavra,



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR-0046.17.037591-2

informou que fará visita conjunta com a Cohab em cada região em que há necessidade de regularização, e se for o caso, a programação de atendimento. Bem como que a comunidade será informada sobre essas visitas. O sr. Fernando citou o Sabará, dizendo que ainda há áreas sem regularização. A Presidente ressaltou que a reivindicação é justa e lembrou que cada região tem sua particularidade e que estas devem ser observadas. Noticiou que as reuniões junto à Prefeitura geraram uma lei, em 2016, para desburocratizar as regularizações. A Sra. Cleusa, da APAF (Conselho escolar), da Escola Estadual São Miguel, falou que têm 800 alunos na escola, que alguns usam tornozeleiras eletrônicas, que há uso de droga e que a Polícia Militar já foi chamada por várias vezes*, mas que eles não "aparecem", sob a justificativa de que não possuem viatura para atender a região toda. Destacou que os funcionários e alunos sofrem ameaças dos traficantes. O Administrador informou que já conversou com a PM sobre o apoio nas questões de segurança e que também já pediu reforço junto ao Estado. Passando a palavra à Supervisora da Guarda Municipal, Zoraski, esta apresentou o trabalho que é realizado pela guarda, afirmando que não há registro das ocorrências nas escolas no período noturno, ou de brigas nas saídas das aulas, durante o dia, e que há equipe que faz a ronda dos CMEIS, guardas fixos em algumas escolas. A Sra. Cleusa questionou a informação dizendo que na escola São Miguel há brigas todos os dias e que não tem policiamento. A Sra. Maristela Teodoro, chefe do Núcleo de Educação da Regional CIC, informou que a direção das escolas são orientadas a chamar a Guarda Municipal. A Supervisora da Guarda informou que quando se tratar de patrimônio municipal, chama-se a guarda; flagrante delito ou ocorrência de criminalidade, Guarda ou PM; e patrimônio estadual, a PM. Se a ocorrência for fora da escola, pode-se chamar a Guarda. A Supervisora indicou o número 153 como telefone de emergência para atendimento pela Guarda Municipal. A Presidente questionou se havia algum representante do CONSEG, tendo se apresentando o sr. Sérgio, que informou que o Conseg tem

* Para atender ocorrências entre os alunos



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR-0046.17.037591-2

agendado reuniões com a comunidade, pedindo que os moradores compareçam. A Presidente ressaltou a importância da participação e da efetividade do Conseg. A Sra. Vanilde Tiburcio de Souza, gestora da Regional CIC, avisou que ocorrerá reunião do Conseg no dia 26-04, às 19h30min, na Comunidade Vitória Régia. O Sr. Fernando pediu novamente a palavra para falar da obra da Escola Municipal Colônia Augusta, dizendo que o muro foi construído e outros reparos, mas que ainda há problemas mais complexos, de piso, cobertura da cancha. A Sra. Maristela pediu a palavra e informou que a questão do piso está na lista de prioridades e aguarda avaliação de outras questões de prioridades. A Presidente questiona sobre o que significa a prioridade informada, se há cronograma. A Sra. Maristela falou que não há cronograma, mas que ~~entra~~ entra como prioridade de todas as regiões. A Presidente questiona qual setor coordena essa questão. A representante informou que é o Setor de Obras da Secretaria Municipal de Educação, que define a programação. O Sr. Luiz, do Conselho Distrital questionou sobre a falta de professores nos CMEIS e a representante esclareceu que o processo de chamamento de professores para os CMEIS encontra-se na Secretaria de Finanças para definição e início do trabalho. O Sr. Fernando falou ainda sobre a obra de uma rotatória na Rua Ludovico Kaminski e José Willingrant, ~~mas~~ que não há sinalização, inclusive para acessibilidade, gerando muita insegurança para travessia. Se comprometeu a repassar os projetos, os quais teve acesso, para a Promotoria. O Sr. Fernando também falou sobre a precariedade da pavimentação entre o centro de zoonoses e a Rua Ludovico Kaminski e o Administrador informou que já foi notificado pelo Ministério Público para comparecer ao local, tendo sido repassado ao Sr. Dirceu de Mattos, Coordenador das Regionais, que já verificou a situação e dará retorno. O Administrador falou que quando se coloca saibro, os moradores fazem "buracos" para que os veículos reduzam a velocidade. O Sr. Fernando reforça que os moradores querem asfalto. A Presidente vai verificar se a Promotoria de Habitação já acompanha a demanda

* que se trata de prioridade em relação à todas regiões.



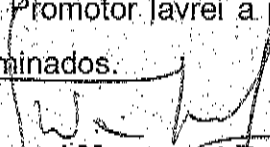
MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná


PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR-0046.17.037591-2

e informará ao senhor Fernando. O Sr. Luiz pedindo a palavra, informou que teve notícia que os Liceus de Ofício não receberão mais verbas e que os jovens estão ociosos, sem estímulo para atividades. A Sra. Cintia, Supervisora da FAS, comentou que até 2012 os Liceus eram vinculados à FAS, e depois foram para Secretaria do Trabalho. Que antes, o recurso era de 8 milhões ao ano, com oferta de vários cursos, mas que atualmente há apenas 400 mil de orçamento para cidade toda. Que estão procurando parcerias no setor privado e terceiro setor para incremento dos serviços. Que pensam em levar cursos para as comunidades, de forma que haja mais facilidade para participação. Destacou que o Superintendente do trabalho, Sr. Luciano Martins, tem envidado esforços para recuperar o trabalho com os jovens. Informou também que os 7 (sete) CRAS têm cursos de capacitação para adolescentes. A Presidente fez os agradecimentos finais. A presente audiência encerrou-se às 21h20min. Eu, Vanessa Milene de Sant'Ana, ~~de regularização~~ Assessora de Promotor, lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.


Swami Mougnot Bonfim
Promotora de Justiça


Administração Regional CIC


Representante do Núcleo
Regional da Educação